

A. I. Nº - 206856.1203/10-5
AUTUADO - INACERES AGRÍCOLA LTDA.
AUTUANTE - JOILSON MATOS AROUCA
ORIGEM - INFRAZ ILHÉUS
INTERNET - 06.10.2011

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0262-04/11

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. **a)** MERCADORIAS COM SAÍDAS BENEFICIADAS COM ISENÇÃO DO IMPOSTO. Documentos juntados com a defesa comprovam regularidade de parte dos valores exigidos. Refeito o levantamento fiscal, resultou em redução do débito. Infração elidida em parte. **b)** VALOR SUPERIOR AO DESTACADO NO DOCUMENTO FISCAL. Infração não defendida. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 30/12/10, exige ICMS no valor de R\$9.316,42, acrescido da multa de 60%, em decorrência das seguintes irregularidades:

01. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de mercadorias com saídas subseqüentes beneficiadas com isenção do imposto - R\$7.536,88.
02. Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS em valor superior ao destacado no documento fiscal - R\$1.779,54.

O autuado em sua defesa (fl. 740) inicialmente discorre sobre as infrações e diz que discorda em parte dos valores exigidos conforme razões abaixo expostas:

- a) No período de 31/01/06 foi indicado apropriação de crédito no valor de R\$891,36 relativo à nota fiscal 6048 sendo que o valor correto escriturado no livro Registro de Entrada é de R\$591,36;
- b) No período de 31/08/06 foi indicado apropriação de crédito no valor de R\$947,52 relativo à nota fiscal 6545 sendo que o valor correto escriturado no livro Registro de Entrada é de R\$356,16;
- c) O crédito fiscal indevido no valor de R\$518,00 referente à nota fiscal 5513 de 01/07/05 teve as mercadorias devolvidas pela nota fiscal 742, anulando o referido crédito.

Diz que junta os documentos correspondentes para tentar provar o alegado e requer que sejam feitas as devidas retificações.

O autuante presta informação fiscal (fls. 750/751), inicialmente discorre sobre as infrações e alegações defensivas, reconhecendo que houve erro na transcrição dos valores constantes do Demonstrativo de Crédito Indevido (fl. 19) para o Auto de Infração.

Da mesma forma, acata a alegação defensiva de que o crédito escriturado relativo à nota fiscal 5513 foi anulado com a devolução pela nota fiscal 742. Esclarece que as mercadorias consignadas nas mencionadas notas fiscais foram reintroduzida no estabelecimento pela nota fiscal de entrada 775, porém o valor do crédito fiscal utilizado também foi exigido conforme demonstrativo à fl. 6.

Com base no exposto, apresentou novo demonstrativo de débito (fl. 751) relativo à infração 1, reduzindo o valor de R\$7.536,88 para R\$6.127,52. Requer a procedência parcial da autuação.

A Inspetoria Fazendária intimou o autuado para tomar conhecimento da informação fiscal (fl. 752) tendo sido concedido prazo de dez dias para se manifestar caso quisessem, o que não ocorreu no prazo legal concedido.

VOTO

O Auto de Infração acusa exigência relativa à utilização indevida de crédito fiscal de ICMS.

Com relação à infração 1, o autuado juntou com a defesa documentos fiscais para tentar provar inconsistências no levantamento fiscal, as quais foram acatadas pelo autuante.

Pela análise dos elementos contidos no processo faço as seguintes constatações:

- 1) Com relação à nota fiscal 6048 no demonstrativo à fl. 19, o autuante apurou valor de crédito indevido de R\$591,36 no mês de janeiro/06, enquanto foi transportado para o Auto de Infração de forma incorreta o valor de R\$891,36;
- 2) No tocante à nota fiscal 6545 o autuante relacionou no demonstrativo à fl. 19, no mês de agosto/06 apenas esta nota fiscal com valor devido de R\$356,16, porém transportou incorretamente para o Auto de Infração naquele mês o total geral do exercício de 2006 (R\$947,52).
- 3) A cópia da nota fiscal 742 juntada com a defesa à fl. 745, indica devolução total das mercadorias consignadas na nota fiscal 5513, com débito de R\$518,00 valor este igual ao que foi creditado no livro RE do mês de julho/05 (fl. 48) relativo a nota fiscal 742.

Portanto, restou comprovado que os documentos juntados com a defesa demonstram inconsistência de parte dos valores exigidos, que foram devidamente corrigidos no momento que o autuante prestou a informação fiscal, tendo sido cientificado o autuado das correções procedidas às quais não foram contestadas.

Dessa mesma forma, acato o demonstrativo de débito refeito pelo autuante (fl. 751) e considero devido o valor de R\$6.127,52 na infração 1.

No tocante à infração 2, não tendo a mesma sido contestada na defesa apresentada, implica tacitamente no seu reconhecimento. Infração mantida.

Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **206856.1203/10-5**, lavrado contra **INACERES AGRÍCOLA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 7.907,06**, acrescido da multa de 60%, prevista art. 42, VII, “a” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 29 de setembro de 2011.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - PRESIDENTE/RELATOR

PAULO DANILO RESIS LOPES – JULGADOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO - JULGADOR